



TRF 6

Técnico Judiciário - Área: Administrativa - Sem Especialidade

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	27
Domínio dos mecanismos de coesão textual; emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	33
Emprego de tempos e modos verbais.....	37
Domínio da estrutura morfosintática do período; relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	42
Emprego das classes de palavras.....	48
Emprego dos sinais de pontuação.....	58
Concordância verbal e nominal.....	62
Regência verbal e nominal.....	65
Emprego do sinal indicativo de crase.....	67
Colocação dos pronomes átonos.....	69
Reescrita de frases e parágrafos do texto; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	72
Significação das palavras.....	74
Questões.....	75
Gabarito.....	80

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética e moral.....	1
Ética, princípios e valores.....	2
Ética e democracia: exercício da cidadania.....	3
Ética e função pública.....	5
Ética no setor público. Código de ética profissional do serviço público (decreto nº 1.171/1994).....	7
Lei nº 8.112/1990 E alterações. Regime disciplinar (deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades).....	11
Lei nº 8.429/1992. Disposições gerais. Atos de improbidade administrativa.....	55

SUMÁRIO



Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção)	69
Lei nº 9.784/1999 (Processo administrativo federal).....	76
Questões	87
Gabarito.....	90

RACIOCÍNIO ANALÍTICO

Raciocínio analítico e argumentação: Uso do senso crítico na argumentação. Tipos de argumentos: falaciosos e apelativos. Comunicação eficiente de argumentos.....	1
Questões	11
Gabarito.....	15

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Teoria geral dos direitos fundamentais.....	1
Direitos humanos e direitos fundamentais	12
Declaração universal dos direitos humanos.....	13
Agenda 2030 da onu	18
Estatuto da pessoa com deficiência (lei nº 13.146/2015).....	25
Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (lei nº 10.098/2000)	58
Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (lei nº 10.048/2000).....	64
Questões	66
Gabarito.....	71

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios fundamentais do direito constitucional.....	1
Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos.....	5
Da organização do estado: da organização político-administrativa; da união; dos estados federados; dos municípios; do distrito federal e dos territórios	21
Da administração pública (disposições gerais; dos servidores públicos).....	34
Da organização dos poderes: do poder legislativo; do poder executivo; do poder judiciário	50
Das funções essenciais à justiça.....	94



Da ordem social: seguridade social (disposição geral)	105
Da previdência social	108
Questões	112
Gabarito	116

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios básicos da administração pública	1
Princípios da supremacia do interesse público e da indisponibilidade	9
Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, classificação, espécies, revogação, anulação e convalidação	11
Poderes e deveres dos administradores públicos: uso e abuso do poder, poderes vinculados, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar, poder de polícia, deveres dos administradores públicos	43
Administração direta e indireta: conceito, característica	56
Agentes públicos: conceito, classificação; servidores públicos: cargo, emprego e função públicos	66
Processo administrativo disciplinar e sua revisão	97
Seguridade social do servidor: benefícios	106
Regime de previdência complementar: lei nº 12.618/2012	127
Improbidade administrativa	147
Processo administrativo	161
Regime jurídico dos servidores públicos federais: lei nº 8.112/1990; Lei nº 8.429/1992; Lei nº 9.784/1999	167
Código de conduta dos servidores da justiça federal (resolução nº 147/2011 do cnj) ...	167
Questões	171
Gabarito	175

ADMINISTRAÇÃO

Noções de administração. Abordagens clássica, burocrática e sistêmica da administração	1
Evolução da administração pública no Brasil após 1930, reformas administrativas	12
A nova gestão pública	18
Processo administrativo. Funções da administração: planejamento, organização, direção e controle. Estrutura organizacional. Cultura organizacional	28
Gestão de pessoas. Equilíbrio organizacional. Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas. Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança e desempenho	39
Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial	44



Principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade. Ciclo pdca. Ferramentas de gestão da qualidade	48
Modelo do gspública.....	54
Noções de gestão de processos: técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos	55
Legislação administrativa. Administração direta, indireta e funcional	58
Atos administrativos. Requisição.....	59
Questões	59
Gabarito.....	63

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E ORÇAMENTO PÚBLICO

Papel do estado e atuação do governo nas finanças públicas	1
Formas e dimensões da intervenção da administração na economia	2
Funções do orçamento público	6
Orçamento público. Conceito. Técnicas orçamentárias. Princípios orçamentários	11
Ciclo orçamentário.....	16
Processo orçamentário.....	18
Orçamento público no brasil. Sistema de planejamento e de orçamento federal. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Outros planos e programas...	19
Sistema e processo de orçamentação	22
Classificações orçamentárias.....	24
Estrutura programática	26
Créditos ordinários e adicionais	28
Programação e execução orçamentária e financeira. Descentralização orçamentária e financeira. Acompanhamento da execução. Sistemas de informações. Alterações orçamentárias.....	30
Receita pública. Conceito e classificações. Estágios. Fontes. Dívida ativa	32
Despesa pública. Conceito e classificações. Estágios. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Dívida flutuante e fundada. Suprimento de fundos	34
Lei de responsabilidade fiscal. Conceitos e objetivos. Planejamento. Receita pública. Despesa pública. Dívida e endividamento. Transparência, controle e fiscalização	36
Termo de execução descentralizada, convênios, termo de referência e relatório de cumprimento de objeto.....	73
Tesouro gerencial	77
Decretos de programação orçamentária e financeira (dpof).....	80
Questões	83
Gabarito.....	86

SUMÁRIO



ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

Classificação de materiais.....	1
Atributos para classificação de materiais.....	3
Tipos de classificação.....	5
Metodologia de cálculo da curva ABC.....	8
Gestão de estoques.....	10
Compras. Organização do setor de compras.....	20
Etapas do processo.....	21
Perfil do comprador.....	22
Modalidades de compra.....	23
Cadastro de fornecedores.....	24
Compras no setor público. Objeto de licitação.....	24
Edital de licitação.....	25
Recebimento e armazenagem. Entrada.....	27
Conferência.....	27
Objetivos da armazenagem.....	28
Critérios e técnicas de armazenagem.....	28
Arranjo físico (leiaute).....	29
Distribuição de materiais. Características das modalidades de transporte.....	29
Estrutura para distribuição.....	32
Gestão patrimonial.....	33
Tombamento de bens.....	38
Controle de bens.....	41
Inventário.....	44
Alienação de bens.....	48
Alterações e baixa de bens.....	51
Questões.....	54
Gabarito.....	58

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Regimento Interno do TRF 6ª Região.....	1
Questões.....	47
Gabarito.....	50



ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia..... 1



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



Os conceitos fundamentais da existência humana são ética, moral e condição humana.

A ética é uma área filosófica que estuda princípios morais que moldam o comportamento humano, visando compreender o que é bom e ruim, o que é certo e errado, e como agir em diferentes situações.

A ética descritiva e normativa tem como foco compreender como as pessoas realmente agem e o que consideram moralmente correto. Relatividade moral e absoluto são duas teorias éticas diferentes.

Existem vários princípios éticos, como o utilitarismo, a deontologia, a virtude e a ética do cuidado. Essas teorias propõem diferentes princípios para orientar o comportamento humano, como o utilitarismo, a deontologia, a virtude e a ética do cuidado. Os dilemas éticos são situações complexas em que os princípios éticos podem entrar em conflito, dificultando a determinação de ações moralmente corretas.

A ética profissional possui códigos de ética que estabelecem padrões de comportamento para seus membros, especialmente em áreas como medicina, advocacia e jornalismo. Já a ética ambiental tem como foco a relação entre o ser humano e o meio ambiente, promovendo a responsabilidade e a sustentabilidade. A responsabilidade ética envolve a ideia de que indivíduos e organizações têm a responsabilidade de agir eticamente e considerar o impacto de suas ações na sociedade.

É um campo complexo e com diferentes perspectivas sobre o que é ético em situações específicas. O estudo da ética é fundamental para promover reflexão e decisões morais informadas, ajudando a criar sociedades mais justas e compassivas.

As normas culturais podem variar significativamente, levando a questionamentos sobre o respeito à diversidade cultural, mantendo princípios éticos fundamentais.

Moral é o conjunto de valores e normas que regem a conduta de uma pessoa ou grupo social, influenciados por fatores como religião, cultura, educação e família.

Alguns dos valores morais mais importantes incluem: o respeito à vida, justiça, liberdade, igualdade, honestidade e compaixão. Os valores morais, partilhados pela sociedade, criam um sentido de ordem e coesão social.

A condição humana é o conjunto de características e atributos que definem o ser humano, determinada por fatores biológicos, psicológicos e sociais. Alguns aspectos importantes da condição humana são a capacidade de pensar, sentir emoções, comunicar, criar e amar.

Relação entre elas:

Ética, moral e condição humana estão interligadas, sendo a ética o estudo dos princípios morais que norteiam a conduta humana, sendo a moral o conjunto de valores e normas que regem essa conduta.

A condição humana é o contexto em que a ética e a moral se desenvolvem. É a nossa capacidade de pensar, sentir, comunicar, criar e amar que nos permite desenvolver valores morais e agir eticamente.

Por exemplo, o valor moral de respeitar a vida baseia-se na nossa capacidade de sentir empatia pelos outros e reconhecer a sua dignidade.

O valor moral da justiça baseia-se no nosso pensamento crítico e na identificação do que é justo e do que é injusto.

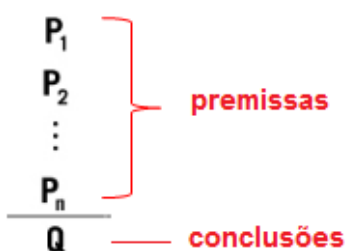
Já o valor moral da liberdade é baseado na nossa capacidade de escolher os nossos próprios caminhos e viver de acordo com os nossos valores.

A ética e a moral são fundamentais para a vida humana, ajudando-nos a viver de maneira harmoniosa e justa em sociedade, além de realizar nosso potencial como seres humanos.



LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

Um argumento refere-se à declaração de que um conjunto de proposições iniciais leva a outra proposição final, que é uma consequência das primeiras. Em outras palavras, um argumento é a relação que conecta um conjunto de proposições, denotadas como P_1, P_2, \dots, P_n , conhecidas como premissas do argumento, a uma proposição Q , que é chamada de conclusão do argumento.



Exemplo:

P_1 : Todos os cientistas são loucos.

P_2 : Martiniano é louco.

Q : Martiniano é um cientista.

O exemplo fornecido pode ser denominado de Silogismo, que é um argumento formado por duas premissas e uma conclusão.

Quando se trata de argumentos lógicos, nosso interesse reside em determinar se eles são válidos ou inválidos. Portanto, vamos entender o que significa um argumento válido e um argumento inválido.

Argumentos Válidos

Um argumento é considerado válido, ou legítimo, quando a conclusão decorre necessariamente das propostas apresentadas.

Exemplo de silogismo:

P_1 : Todos os homens são pássaros.

P_2 : Nenhum pássaro é animal.

C : Logo, nenhum homem é animal.

Este exemplo demonstra um argumento logicamente estruturado e, por isso, válido. Entretanto, isso não implica na verdade das premissas ou da conclusão.

Importante enfatizar que a classificação de avaliação de um argumento é a sua estrutura lógica, e não o teor de suas propostas ou conclusões. Se a estrutura for formulada corretamente, o argumento é considerado válido, independentemente da veracidade das propostas ou das conclusões.



Noções De Direitos Humanos E Fundamentais E De Acessibilidade

A teoria geral dos direitos humanos compreende os elementos basilares acerca do estudo dos direitos humanos internacionais.

Apresenta temas como conceito, histórico, características e outros pontos elementares para o conhecimento da disciplina.

Sistema Internacional dos Direitos Humanos

A luta do homem pela efetivação de direitos humanos fundamentais existiu em muitos períodos da história da humanidade, sendo resultado das inquietações do ser humano e de seus processos de luta por reconhecimento.

Na esfera interna dos Estados a efetivação e positivação dos direitos humanos coincide com o advento do constitucionalismo moderno em seu mister de limitar o arbítrio estatal e de garantir a tutela dos direitos do homem.

No campo internacional a existência de um sistema de normas e mecanismos de tutela dos direitos humanos apresenta como marco histórico o pós-segunda guerra mundial, a partir da criação da Organização das Nações Unidas. Destaca-se como precedentes desse processo de internacionalização, a criação da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário.

Precedentes históricos

Direito humanitário: conjunto de normas e medidas que disciplinam a proteção dos direitos humanos em tempo de guerra (1863). Direito humanitário versa sobre a proteção às vítimas de conflitos armados, atua também em situações de graves calamidades.

Criação da liga das nações (1919): antecessora da ONU, a liga das nações foi criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de garantir a paz no mundo. Sua proposta falhou pois não foi apta a impedir a ocorrência da 2ª guerra mundial.

Criação da OIT (1919): criada após a 1ª guerra mundial com o escopo de promover a tutela dos direitos dos trabalhadores por meio da garantia de padrões internacionais de proteção.

Ao dispor sobre os antecedentes históricos Flavia Piovesan dispõe:

Ao lado do Direito Humanitário e da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho (International Labour Office, agora denominada International Labour Organization) também contribuiu para o processo de internacionalização dos direitos humanos. Criada após a Primeira Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho tinha por finalidade promover padrões internacionais de condições de trabalho e bem-estar. Sesenta anos após a sua criação, a Organização já contava com mais de uma centena de Convenções internacionais promulgadas, às quais Estados-partes passavam a aderir, comprometendo-se a assegurar um padrão justo e digno nas condições de trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho e o Direito Humanitário ainda atuam na tutela dos direitos humanos.

Histórico do sistema internacional dos direitos humanos

O sistema internacional de direitos humanos é fruto do pós 2ª guerra mundial e surge como decorrência dos horrores praticados na guerra. A desvalorização e reificação da pessoa humana faz emergir a necessidade de construção de uma nova lógica ao Direito, pautada em um sistema de valores éticos e morais, no qual a pessoa humana seja o fim e não um meio.



Administração direta e indireta

A princípio, infere-se que Administração Direta é correspondente aos órgãos que compõem a estrutura das pessoas federativas que executam a atividade administrativa de maneira centralizada. O vocábulo “Administração Direta” possui sentido abrangente vindo a compreender todos os órgãos e agentes dos entes federados, tanto os que fazem parte do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, que são os responsáveis por praticar a atividade administrativa de maneira centralizada.

Já a Administração Indireta, é equivalente às pessoas jurídicas criadas pelos entes federados, que possuem ligação com as Administrações Diretas, cujo fulcro é praticar a função administrativa de maneira descentralizada.

Tendo o Estado a convicção de que atividades podem ser exercidas de forma mais eficaz por entidade autônoma e com personalidade jurídica própria, o Estado transfere tais atribuições a particulares e, ainda pode criar outras pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado para esta finalidade. Optando pela segunda opção, as novas entidades passarão a compor a Administração Indireta do ente que as criou e, por possuírem como destino a execução especializado de certas atividades, são consideradas como sendo manifestação da descentralização por serviço, funcional ou técnica, de modo geral.

A Administração Direta é composta pelos órgãos que fazem parte da estrutura central da União, ou seja, não possuem personalidade jurídica própria e estão subordinados diretamente à autoridade central do Poder Executivo (Presidência da República). Esses órgãos são incumbidos de funções executivas típicas, como a formulação e execução de políticas públicas e a gestão de serviços públicos.

Os principais órgãos da **Administração Direta da União** incluem:

- **Presidência da República:** órgão máximo do Poder Executivo federal.
- **Ministérios:** estruturas responsáveis por setores específicos da Administração Pública (como Ministério da Saúde, Ministério da Educação etc.).
- **Secretarias e Departamentos:** subordinados aos Ministérios, desempenhando funções especializadas em áreas de atuação mais restritas.

Esses órgãos não possuem patrimônio próprio, sendo sustentados pelo patrimônio da União e atuando em nome do ente federado, com base em suas competências constitucionais.

A **Administração Indireta** é formada por entidades que, embora criadas ou autorizadas pela União, possuem personalidade jurídica própria e autonomia administrativa. Sua criação geralmente ocorre por lei específica, que define suas funções, competências e a forma de controle por parte da Administração Direta. As entidades da Administração Indireta incluem:

- **Autarquias:** entidades autônomas, com personalidade jurídica de direito público e funções administrativas descentralizadas, como o INSS e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
- **Fundações Públicas:** entidades dotadas de patrimônio próprio, criadas por lei para a realização de atividades de interesse público, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
- **Empresas Públicas:** entidades com personalidade jurídica de direito privado, criadas para desempenhar atividades econômicas ou prestar serviços públicos, como a Caixa Econômica Federal.



Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.



Dentre tantas definições já apresentadas sobre o conceito de administração, podemos destacar que:

“Administração é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais.”

Ou seja, a Administração vai muito além de apenas “cuidar de uma empresa”, como muitos imaginam, mas compreende a capacidade de conseguir utilizar os recursos existentes (sejam eles: recursos humanos, materiais, financeiros,...) para atingir os objetivos da empresa.

O conceito de administração representa uma governabilidade, gestão de uma empresa ou organização de forma que as atividades sejam administradas com planejamento, organização, direção, e controle.

O ato de administrar é trabalhar com e por intermédio de outras pessoas na busca de realizar objetivos da organização bem como de seus membros.

Montana e Charnov

Principais abordagens da administração (clássica até contingencial)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

- 1. Abordagem Clássica:** que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.
- 2. Abordagem Humanística:** que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.
- 3. Abordagem Neoclássica:** que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).
- 4. Abordagem Estruturalista:** que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.
- 5. Abordagem Comportamental:** que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).
- 6. Abordagem Sistêmica:** centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.
- 7. Abordagem Contingencial:** que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.



Introdução ao Papel do Estado nas Finanças Públicas

O papel do Estado nas finanças públicas é essencial para garantir o bem-estar da sociedade, a estabilidade econômica e o desenvolvimento sustentável. A atuação do governo envolve a arrecadação de receitas, a alocação de recursos, a regulação dos mercados e a promoção da justiça social. No contexto da Administração Financeira e Orçamentária, a função do Estado é multifacetada, abrangendo desde a formulação de políticas fiscais até a implementação de programas de investimento público.

Funções Clássicas do Estado na Economia

De acordo com a teoria econômica clássica, o Estado desempenha três funções principais na economia: alocativa, distributiva e estabilizadora.

Função Alocativa

A função alocativa refere-se à responsabilidade do Estado de suprir falhas de mercado, garantindo a provisão de bens públicos e serviços essenciais que o setor privado não fornece de maneira eficiente. Exemplos incluem infraestrutura, educação, saúde e segurança pública. O governo, por meio do orçamento público, decide como alocar os recursos disponíveis para atender às necessidades coletivas.

Função Distributiva

A função distributiva diz respeito à intervenção do Estado para promover a equidade social, corrigindo desigualdades na distribuição de renda e riqueza. Por meio de políticas fiscais, como impostos progressivos e transferências sociais, o governo busca redistribuir a renda de maneira mais justa, reduzindo a pobreza e promovendo a inclusão social.

Função Estabilizadora

A função estabilizadora envolve a atuação do Estado para mitigar os ciclos econômicos, evitando recessões prolongadas e controlando a inflação. Por meio de políticas monetárias e fiscais, o governo busca manter o equilíbrio macroeconômico, garantindo crescimento sustentável, pleno emprego e estabilidade de preços.

Formas de Intervenção do Estado na Economia

A intervenção do Estado na economia pode ocorrer de diversas formas, variando de acordo com os objetivos de política pública e as características do contexto econômico. As principais formas de intervenção incluem a regulamentação, a provisão direta de bens e serviços, e a política fiscal.

Regulação

O Estado atua na economia por meio da regulação, estabelecendo normas e regras que orientam o comportamento dos agentes econômicos. A regulação pode ocorrer em setores estratégicos, como o sistema financeiro, telecomunicações, energia e meio ambiente. As agências reguladoras são responsáveis por monitorar e fiscalizar o cumprimento das normas, garantindo a competição justa e a proteção dos consumidores.

Provisão Direta de Bens e Serviços

Além de regulamentar, o Estado também pode intervir diretamente na economia por meio da produção e oferta de bens e serviços. Empresas estatais, como Petrobras e Eletrobras, são exemplos de entidades criadas para atuar em setores estratégicos, onde a presença do Estado é considerada essencial para a soberania nacional e o desenvolvimento econômico.



Introdução

A gestão eficiente de materiais é um dos pilares fundamentais para o sucesso das operações em qualquer organização. Materiais são todos os insumos físicos utilizados nas atividades produtivas e administrativas, desde matérias-primas até bens de consumo e permanentes. Para que uma empresa consiga maximizar sua eficiência operacional e reduzir custos, é essencial que exista um sistema claro e bem definido de classificação de materiais. Esse processo permite à organização identificar, controlar e planejar de maneira mais precisa seus recursos, evitando desperdícios e facilitando o controle de estoques.

A correta classificação de materiais não apenas contribui para uma gestão mais eficaz, como também impacta diretamente os resultados financeiros da organização. Ao segregar os materiais de acordo com critérios como tipo de uso, criticidade e valor, as empresas conseguem otimizar seus processos de compra, armazenagem e distribuição, promovendo um fluxo de trabalho mais ágil e econômico.

Crítérios de Classificação de Materiais

Existem diversos métodos de classificação de materiais que variam conforme a natureza e o objetivo da gestão. Os critérios mais comuns incluem:

- **Classificação por tipo de uso:** materiais de consumo e permanentes. Os materiais de consumo são aqueles que se esgotam com o uso, como papel, canetas ou produtos de limpeza. Já os materiais permanentes são aqueles que têm uma vida útil longa, como equipamentos, móveis e máquinas.

- **Classificação por criticidade:** materiais críticos, não críticos e estoques de segurança. Materiais críticos são aqueles cuja falta pode interromper a produção ou causar prejuízos operacionais, enquanto os não críticos, embora importantes, podem ser substituídos ou adquiridos em prazos maiores. O estoque de segurança, por sua vez, é o volume de material mantido para evitar faltas em situações de alta demanda ou atrasos no fornecimento.

- **Classificação ABC.** Este método é baseado no valor e na quantidade consumida de cada item, dividido em três categorias:

- A: Itens de alto valor e baixo volume de consumo, representando 70 a 80% do valor total dos materiais, mas apenas 10 a 20% do volume.

- B: Itens de valor intermediário e volume de consumo médio, representando aproximadamente 15% do valor e 30% do volume.

- C: Itens de baixo valor e alto volume de consumo, representando 5% do valor total, mas 50% ou mais do volume total de materiais.

Esses critérios ajudam a focar os recursos de gestão nos itens mais críticos para o processo produtivo e financeiro da organização.

Classificação de Materiais segundo a Natureza

A classificação de materiais pode também ser feita com base na natureza dos bens:

- **Matérias-primas:** São os insumos básicos que serão transformados durante o processo produtivo, como metais, madeira ou componentes químicos.



O Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) é um instrumento normativo que define a estrutura, a organização e o funcionamento desse Tribunal, estabelecendo as regras que orientam tanto suas atividades jurisdicionais quanto administrativas. O TRF6 foi instituído pela Lei nº 14.226/2021 e tem sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, sendo o órgão responsável pela jurisdição federal no estado, tornando-se o mais novo Tribunal da Justiça Federal Brasileira.

O regimento, como um código normativo interno, tem por objetivo disciplinar o pleno exercício das funções do TRF6, com foco na administração da justiça de forma eficiente, transparente e organizada. Esse documento está dividido em diversas partes e capítulos que abrangem a composição do tribunal, a definição de competências, o funcionamento dos órgãos judiciais e administrativos, além de dispor sobre as atribuições de magistrados e servidores.

Composição e Estrutura do Tribunal

A composição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região é constituída por dezoito desembargadores federais, conforme estabelecido no artigo 1º do regimento. Desse total, catorze são oriundos da carreira da magistratura federal, dois são advogados indicados com base no quinto constitucional, e outros dois são membros do Ministério Público Federal, nomeados de acordo com as normas constitucionais vigentes. Essa diversidade de origem dos desembargadores busca assegurar um equilíbrio nas decisões judiciais, refletindo a pluralidade de experiências e visões dentro do colegiado.

O Tribunal é composto por diversos órgãos, como o Plenário, as Seções, as Turmas, a Presidência, a VicePresidência e a Corregedoria Regional, além do Conselho de Administração, que desempenham funções específicas no âmbito da organização e deliberação interna do TRF6. O Plenário, por exemplo, é formado por todos os desembargadores e é o órgão máximo de deliberação, responsável por julgar questões de grande relevância, como ações rescisórias e mandados de segurança, e por processar magistrados em crimes de responsabilidade. Já as Seções e as Turmas são organizadas por matérias, dividindo os casos conforme a especialização em áreas como previdência social, direito penal, direito tributário, administrativo e comercial.

Competências e Atribuições dos Órgãos

A divisão de competências dentro do TRF6 é um dos aspectos centrais do regimento. O tribunal é dividido em duas Seções especializadas, conforme o tipo de matéria a ser julgada. A Primeira Seção é dedicada a matérias de previdência social, benefícios assistenciais, improbidade administrativa, além de questões relacionadas a servidores públicos e concursos públicos. Já a Segunda Seção concentra-se nas matérias de direito tributário, financeiro, conselhos profissionais, bem como em questões civis e comerciais, não incluídas na competência da Primeira Seção.

Cada Seção é composta por duas Turmas, e os desembargadores são distribuídos conforme as especializações definidas no regimento. Essas Turmas têm a competência para julgar, em grau de recurso, as causas originadas nos juízos de primeira instância. As Turmas são dirigidas por um presidente, que exerce a função por um mandato determinado, conforme o sistema de rodízio estabelecido.

O Plenário Judicial e o Plenário Administrativo desempenham papéis distintos no âmbito do Tribunal. O Plenário Judicial é responsável por julgar ações de grande importância, como habeas corpus, mandados de segurança contra atos de autoridades do próprio tribunal, bem como ações de competência originária. Já o Plenário Administrativo tem a função de decidir sobre a administração do Tribunal, incluindo a eleição dos seus dirigentes, a organização dos concursos para a magistratura federal e a deliberação sobre alterações no próprio Regimento Interno.



BRASIL

HISTÓRIA DO BRASIL

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.